

EXPORTAÇÕES, BALANÇA COMERCIAL E TAXA DE CÂMBIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2000-2014

Eduarda Machoski

Mestranda em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina (UEL).
Endereço para contato: Horácio Antunes Mendes, 621 – BL 06 – Ponta Grossa – PR
CEP: 84015-340 - E-mail: eduarda_machoski@hotmail.com

Carlos Eduardo Caldarelli

Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).
Endereço para contato: Rua Juiz de Fora, 230 – Jardim Champagnat – Londrina – PR
CEP: 86062-680 - E-mail: carlos.caldarelli@gmail.com

Marcia Regina Gabardo da Camara

Professor Associada do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).
Endereço para contato: Rua Belo Horizonte, 734 – Londrina – PR
CEP: 86020-060 - E-mail: mgabardo@uel.br

Recebido em 07 de maio de 2015. Aceito em 01 de novembro de 2015.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o comportamento da balança comercial brasileira no período de 2000 a 2014. Procura-se compreender os fatores principais que contribuíram de forma positiva para a evolução do saldo: o crescimento dos preços, a demanda externa das commodities e o crescimento da economia mundial. A análise dos resultados destaca o desempenho das exportações do país em um contexto de taxa de câmbio flexível, frente a movimentos de apreciação e depreciação da moeda doméstica durante o período de estudo. Os resultados encontrados demonstram que as empresas exportadoras brasileiras parecem ser beneficiadas por períodos de apreciação cambial. Além disso, demonstrou-se que a pauta exportadora do país está cada vez mais concentrada em produtos básicos, o que pode ser prejudicial ao seu dinamismo no futuro.

Palavras-chave

Exportações, Desempenho Comercial, Taxa de câmbio.

Abstract

This article aims to analyze the Brazilian's trade balance behavior, in the period from 2000 to 2014. Tried to understand the main factors that contributed positively to the evolution of the balance: the price's growth, external demand for commodities and the world economy's growth. The analysis highlights the export performance of the country in a context of flexible exchange rate, compared to movements of appreciation and depreciation of the domestic currency during the study period. The results show that Brazilian industries exporters seem to be benefited by periods of currency appreciation. Furthermore, it was demonstrated that the country's export list is increasingly concentrated in basic products, which may be detrimental to its momentum in the future.

Key-words

Exports, Trade balance, Exchange rate

1. Introdução

A taxa de câmbio é comumente considerada uma das variáveis mais importantes no relacionamento entre uma economia aberta e seus parceiros comerciais. Após 1971, com o colapso do sistema de Bretton Woods, a grande maioria dos países industrializados e desenvolvidos passou a adotar o regime de taxa de câmbio flutuante, uma vez que este ganhou grande impulso com a abertura e integração financeira dos mercados. A partir da década de 1990 esse movimento ganhou ainda mais espaço, alcançando os países emergentes.

Desse modo, a relação existente entre políticas cambiais e balança comercial tem sido um assunto de destaque na recente literatura econômica. Os estudos acerca desta relação procuram mensurar e explicar o efeito que variações e políticas cambiais tem sobre as transações comerciais, bem como os seus impactos no ciclo de negócios e de crescimento econômico.

Neste debate, não há um consenso acerca do efeito de variações (e incertezas) cambiais sobre o saldo comercial de uma economia. Segundo Côté (1994), por exemplo, as grandes variações e a instabilidade cambial podem ter efeitos diretos bastante negativos sobre o comércio internacional, em decorrência da incerteza e dos custos de ajustamento e efeitos indiretos, por meio de seu efeito sobre a alocação de recursos e políticas governamentais. Além disso, de acordo com Kafle (2011), a incerteza natural da taxa de câmbio tornou-se um problema de grande relevância no âmbito da estimativa dos comportamentos comerciais e dos volumes de comércio existentes entre países exportadores e importadores, destacando que a questão é um tema que demanda uma importante investigação empírica.

No sentido de políticas cambiais, Nakabashi, Cruz e Scatolin (2008) ressaltam que um processo de valorização cambial, por exemplo, pode resultar na perda de competitividade de alguns setores, os quais são considerados setores-chaves na criação de emprego e desenvolvimento de longo prazo. Uma valorização cambial em excesso pode resultar também em impactos negativos sobre o setor industrial, resultante da redução da competitividade das exportações e do aumento da competitividade dos produtos importados.

Esses fatos podem realmente apresentar efeitos prejudiciais sobre a economia no longo prazo. Assim sendo, o estudo acerca da relação entre a taxa de câmbio e de juros e a estrutura produtiva e, conseqüentemente, da balança comercial de um país, torna-se de grande importância.

Desde a década de 1990, com a abertura comercial e a estabilização da economia em 1994, o cenário brasileiro tem passado por diversas mudanças na condução de sua política cambial. A partir de 1994, com a introdução da reforma monetária, a economia brasileira encontrava-se ancorada em política monetária e cambial. Neste período, a âncora monetária tinha como objetivo conter o ímpeto da economia a curto prazo, no sentido da expansão do consumo causada pela redução da inflação, ao passo que a política cambial visava a estabilização dos preços internos. O resultado do câmbio controlado e sobrevalorizado foi a queda dos preços das importações, forçando a redução dos preços internos, garantindo a estabilidade de preços. Porém, conforme estudo de Scalco, Carvalho e Campos (2012), neste período foram verificados significativos déficits nas transações correntes do país.

Em 1999, houve a mudança do regime cambial fixo para flutuante. Com a desvalorização do câmbio, a redução das importações e o aumento das exportações eram

esperados. De fato, trabalho realizado por Kannebley Jr. (2002) demonstrou que a desvalorização cambial ocorrida de cerca de 33% teve como resultado um aumento de 13% nas exportações. Porém, o aumento no *quantum* exportado foi de apenas 8%, o que demonstra uma resposta bastante vagarosa das exportações brasileiras frente a mudanças políticas e cambiais.

Tal fato indica uma importante oportunidade de análise da balança comercial do país, frente às inúmeras variações ocorridas em seu câmbio nos últimos anos. A questão cambial também foi alvo de análise na discussão recente sobre a desindustrialização brasileira. O debate sobre desindustrialização em países avançados se iniciou com Clark (1957), que sinalizou ser esta uma etapa natural do desenvolvimento e avançou nos anos posteriores, com a contribuição de Corden e Neary (1982), Rowthorn e Wells (1987) e Rowthorn e Ramaswany (1999). Em particular, vale destacar a contribuição de Corden e Neary (1982) que analisou o caso da queda da produção manufatureira holandesa, derivado de um processo de valorização real do câmbio afetado pela elevação das exportações de petróleo nos anos 60. No Brasil, o tema foi explorado por Bresser-Pereira (2009), Bresser Pereira e Marconi (2010), Palma (2014) entre outros estudos que analisam os efeitos do câmbio na produção e nas exportações líquidas: os autores defenderam que o câmbio real valorizado estaria afetando a produção manufatureira e promovendo a desindustrialização negativa e prematura no país, caracterizando um processo de doença holandesa.

Nesse contexto, o principal objetivo do presente artigo é analisar o comportamento da balança comercial brasileira no período de 2000 a 2014. O estudo busca compreender o desempenho recente da balança comercial brasileira, em particular as exportações, e os efeitos do câmbio nesta dinâmica, a partir da mudança do regime cambial, em 2000. A questão de pesquisa que o presente estudo busca responder é: Qual o efeito das variações cambiais ocorridas nos últimos anos sobre o comportamento da balança comercial brasileira? Espera-se que o presente estudo possa contribuir com a discussão acerca do desempenho das exportações da economia brasileira frente às oscilações cambiais.

Além desta breve introdução, o artigo está estruturado da seguinte maneira: na próxima seção, apresenta-se um breve panorama acerca do comércio exterior brasileiro no período recente. Na terceira seção, o desempenho das exportações, das importações, da balança comercial e do comércio Brasil-China é analisado. Finalmente, a última seção apresenta as conclusões do estudo.

2. O comércio exterior brasileiro no período de 2000-2014

Em meados dos anos 2000, a economia brasileira vivenciou um cenário de apreciação da taxa real de câmbio. Nesse mesmo período, verificou-se uma elevação da participação dos produtos intensivos em recursos naturais da pauta exportadora brasileira, além da elevação dos preços internacionais e demanda externa favorável, perda de participação relativa da indústria no produto e baixo crescimento econômico. No âmbito teórico, esse conjunto de fatores é favorável ao surgimento da Doença Holandesa no Brasil.

Bresser-Pereira (2009) aponta que o processo de apreciação cambial é derivado de uma condição estrutural da economia, dada pela especialização da estrutura produtiva e exportadora em bens intensivos em recursos naturais (*commodities*) da mesma, uma vez que esta apresenta vantagens comparativas (ricardianas) no comércio internacional desses bens.

Em um cenário de preços internacionais elevados para as *commodities*, tal como vivido nos anos 2000, as exportações levam a uma entrada significativa de divisas no país. Tal fato promove a manutenção da taxa real de câmbio da economia a patamares inferiores aos necessários para assegurar uma rentabilidade atrativa ao setor de manufaturados – uma vez que este não possui vantagens de custo e, dessa forma, necessita de um câmbio mais competitivo e que garanta uma rentabilidade adequada aos seus produtores. Em última instância, este processo resulta em uma especialização regressiva da economia em produtos primários, tendo como consequências a desindustrialização e baixas taxas de crescimento econômico.

Outros autores não concordam com a visão de Bresser Pereira (2009) e argumentam que a queda na produtividade dos setores manufatureiros brasileiros pode ser o responsável pelo mau desempenho interno e externo da indústria brasileira. Costa (2012) estuda a relação entre estrutura produtiva e desenvolvimento tecnológico no Brasil entre 1996 e 2008 e postula queda de inovatividade e o baixo ritmo de crescimento da produtividade nos setores mais intensivos em tecnologia.

Contudo, esse cenário vivenciado pelo país na década passada, também pode ser caracterizada por um período de liquidez elevada, com entradas bastante significativas de fluxos de capitais, em um contexto de elevado diferencial da taxa de juros interna e externa, e melhoria das avaliações de risco sobre a economia brasileira. (MUNHOZ e VERÍSSIMO, 2013). Porém, cabe destacar que a literatura econômica dos últimos anos tem se preocupado bastante com essa constante mudança no volume e direção de capitais internacionais e seus efeitos sobre os influxos financeiros para as economias emergentes¹, tal como a brasileira. A principal questão apontada é exatamente o impacto desta dinâmica sobre a evolução da taxa de câmbio. Até o início de 2012, o Brasil sofreu uma das mais fortes tendências de apreciação cambial entre os países emergentes.

De acordo com a literatura econômica existente, as exportações são uma função, entre outras, do crescimento da renda mundial e da taxa real de câmbio. Dessa forma, dada a renda mundial, desvalorizações na taxa real de câmbio estimulem as exportações totais de uma economia, mantidos constantes seus preços internacionais e as elasticidades preço e renda dos bens exportados. Entretanto, isso não ocorre de forma automática, ou seja: pode existir algum efeito temporalmente defasado, dada a rigidez contratual, a elasticidade-preço de oferta de bens exportáveis, entre outros fatores. Segundo ressaltam Marçal e Brito (2010), no curto prazo, pode acontecer que desvalorizações cambiais reduzam a receita total de uma economia com as exportações, se o quantum exportado se mantiver constante. Por esse fato, conforme destacam os autores, uma pesquisa empírica sobre a relação entre a taxa de câmbio real e as exportações deve considerar efeitos sobre o *quantum* exportado, muito mais do que efeitos sobre o valor exportado.

a. Política econômica e evolução da balança comercial brasileira: um panorama geral

Desde a mudança da taxa de câmbio fixo para taxa de câmbio flutuante no final de 1999, a taxa de câmbio da economia brasileira pode ser caracterizada por uma alta

¹ Ver Frenkel e Rapeti (2012), Combes et al. (2011) e Ibarra (2011).

volatilidade, uma vez que a mesma apresenta comportamentos bastante distintos (Figura 1). De imediato, no início da década de 2000 pôde-se perceber uma desvalorização da taxa de câmbio efetiva real, que perdura até meados de 2002. A partir de 2003, fica evidente uma forte tendência de apreciação cambial, que persiste até o segundo semestre de 2008 – período em que a crise econômica mundial eclodia. A partir deste ponto é possível perceber uma tendência positiva de depreciação do câmbio que resulta em um patamar semelhante ao verificado em 2005. Depois, a taxa de câmbio apresenta um comportamento de apreciação que dura cerca de 2 anos e é seguido, enfim, por um processo de depreciação cambial que persiste até o período final da análise.

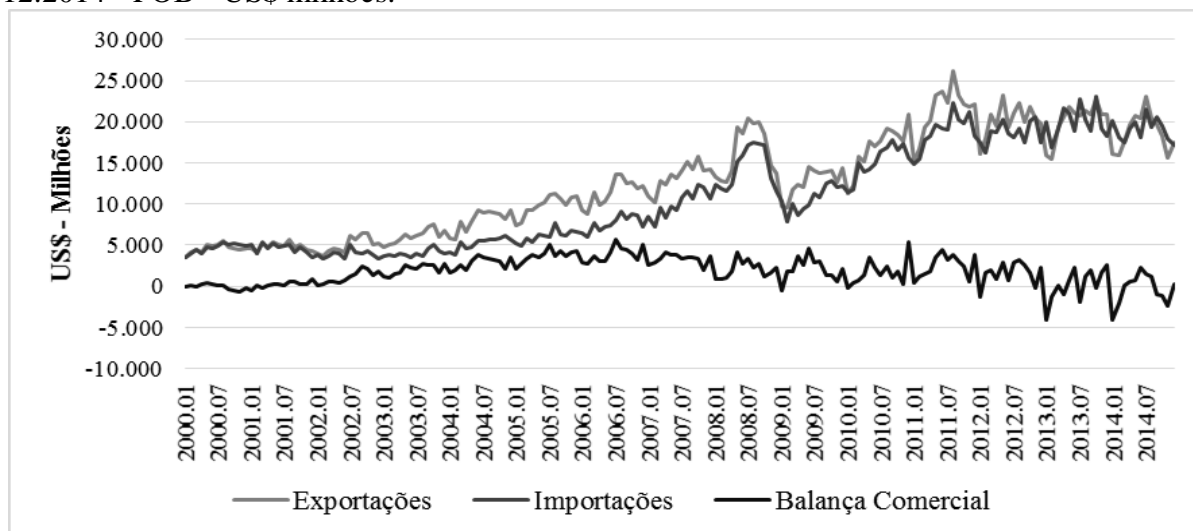
Figura 1: Taxa de câmbio real efetiva – 01.2000 a 12.2014 (2005 = 100).



Fonte: IPEADATA.

Conforme pode ser visto na Figura 2, praticamente em todo o período analisado a balança comercial brasileira apresentou saldos positivos. No início da década de 2000, mais especificamente nos dois primeiros anos após a flexibilização da taxa de câmbio, a resposta da balança comercial do país foi bastante pequena. É nesse período, inclusive, que o saldo comercial brasileiro apresentou um desempenho contínuo de déficit, chegando até US\$ 539 milhões. Nesse sentido, vale ressaltar os déficits na balança comercial do país a partir de 2012, sendo o maior volume percebido para o início de 2014 (cerca de US\$ 3 bilhões). É possível identificar alguns períodos com cuja tendência de desvalorização no câmbio predomina: 2000.01 a 2001.04; 2009.03 a 2014.08 e outros nos quais o processo de valorização cambial ocorre com intensidade como 2002.12 a 2008.05, no qual há crescimento das exportações de commodities agrícolas.

Costa (2012) estuda a relação entre estrutura produtiva e desenvolvimento tecnológico no Brasil entre 1996 e 2008. Segundo o autor a despeito da desvalorização cambial, a perda de competitividade das exportações estaria associada à queda de produtividade das exportações de bens manufatureiros, em particular os de maior nível de intensidade tecnológica.

Figura 2: Exportações, importações e saldo da balança comercial brasileira – 01.2000 a 12.2014 - FOB - US\$ milhões.

Fonte: IPEADATA, dados trabalhados pela pesquisa.

É importante destacar, porém, que a partir de meados de 2002 ocorre uma elevação da taxa de crescimento do saldo da balança comercial (Figura 2). Este crescimento foi impulsionado principalmente pela elevação das exportações – que cresceram em um ritmo superior às importações. Estes superávits crescentes da balança comercial brasileira foram acompanhados por uma tendência de apreciação da taxa de câmbio efetiva real, conforme destacado anteriormente. Conforme destacam Meyer e Paula (2009), em uma situação como essa, era de se esperar uma valorização da moeda doméstica, pois a união entre a elevada taxa de juros básica com os saldos positivos da balança comercial aumentaria a oferta de divisas no mercado de câmbio e, por consequência, valorizaria o real frente às moedas de outros países, especialmente frente ao dólar. Dessa forma, a alta de preços dos produtos exportados pelo país e o aumento nas quantidades exportadas são possíveis fatores que explicam o resultado positivo na balança comercial brasileira no período. Ou seja, a perda de competitividade das exportações brasileiras decorrente da apreciação cambial foi atenuada – e até mesmo superada – por tais fatores.

O *modus operandi* do sistema de metas de inflação combinado com o regime de câmbio flutuante, operando sob condições de abertura quase total da conta de capital, teve como consequência uma enorme instabilidade da taxa de câmbio nominal brasileira. A fuga de capitais gerada por pressões especulativas contra o real causou uma desvalorização cambial que afetou os preços internos, pondo em xeque as metas inflacionárias estabelecidas pelo Banco Central. (MEYER e PAULA, 2009). Em situações como essa, o Banco Central tem que elevar a taxa de juros para reduzir o efeito do *pass-through* – assim foi feito com a crise dos mercados internacionais, em 2001, e com a instabilidade relacionada à eleição do presidente Lula, em 2002 e 2003. Essa reação do Banco Central resultou na redução do nível de emprego e de produto, além do aumento da dívida pública. Posteriormente, o Banco Central reduziu de forma gradativa a taxa de juros, favorecido por um cenário internacional favorável.

Ou seja, conforme visto, após a desvalorização da moeda doméstica ocorrida em 1999, o Banco Central brasileiro passou a não ter mais o compromisso de determinar a taxa de

câmbio – tanto nominal quanto real, atuando no mercado cambial apenas em períodos de grande volatilidade do mercado de capital e, recentemente, de acordo com uma política de acumulo de reservas internacionais. Deste modo, fica evidente que o regime cambial brasileiro não é um regime de livre flutuação, visto que em determinadas situações o Banco Central intervém no mercado cambial. Porém, deste as economias emergentes, o regime cambial do Brasil é o que mais se aproxima de ser totalmente flutuante.

3. O comportamento das exportações, importações e da balança comercial brasileira

Para avançar na discussão sobre a relação entre o câmbio e o comportamento da balança comercial brasileira após 2000, apresenta-se a seguir o debate teórico e empírico abordando câmbio e comportamento das exportações, da balança comercial, da produção manufatureira.

3.1 Estudos teóricos que discutem câmbio, produção interna e desindustrialização e o comportamento da balança comercial

Clark (1957) inicia a discussão sobre desindustrialização em países avançados ao sinalizar que esta fase seria uma etapa natural do desenvolvimento. O pano de fundo seria o diferencial positivo de produtividade do setor manufatureiro frente ao setor de serviços, que levaria à queda na participação industrial no valor real agregado e no emprego da economia. Há queda nos gastos com bens industriais e elevação dos gastos domésticos com bens-serviço, segmento no qual a produtividade se eleva de forma mais lenta. Há a reorientação do emprego da manufatura para os serviços. A discussão avança ao incorporar à análise do processo de desindustrialização, a abertura da economia; destacam-se as contribuições de Corden e Neary (1982), Rowthorn e Wells (1987) e Rowthorn e Ramaswany (1999).

Corden e Neary (1982) analisam o caso da queda da produção manufatureira holandesa, derivada de um processo de valorização real do câmbio afetado pela elevação das exportações de petróleo nos anos 60. Os autores são pioneiros ao alertarem sobre o processo de desindustrialização em economias abertas, abordando os impactos internos sobre o setor manufatureiro holandês de um processo de apreciação da taxa real de câmbio. Segundo Vergnanhani (2013), Rowthorn e Wells (1987) e Rowthorn e Ramaswany (1999) destacam que o crescimento da produtividade industrial mais acelerado contribui para a redução do preço de bens manufaturados, aumento na demanda da produção real, queda na participação da manufatura no PIB e queda no emprego no setor industrial. Há queda nos gastos com bens industriais e elevação dos gastos domésticos com bens-serviço, segmento no qual a produtividade se eleva de forma mais lenta. Há a reorientação do emprego da manufatura para os serviços.

3.2 Estudos empíricos sobre desindustrialização, doença holandesa, câmbio, desempenho das exportações e da balança comercial no Brasil

O bom comportamento das exportações brasileiras aliado ao movimento de apreciação cambial iniciado em 2003 tem aberto espaço para diferentes discussões acerca da “reprimarização” da pauta exportadora brasileira, sobre o processo de desindustrialização do

país e a questão do câmbio. Segundo esse pensamento, o aumento dos preços internacionais dos commodities foi crucial para aumentar as exportações brasileiras destes bens. A entrada de divisas no país decorrente destas exportações promoveu uma apreciação da taxa de câmbio real, o que tornou inviável exportar produtos manufaturados. Ou seja, houve uma reorientação da pauta exportadora do país no sentido da especialização em produtos intensivos em recursos naturais. Este fenômeno é conhecido como “Doença Holandesa”.

De acordo com autores como Bresser-Pereira e Marconi (2010) e Palma (2014), o Brasil teria sido atingido por uma “nova doença holandesa”. Como explicitado anteriormente, ela se caracteriza pela expansão das exportações de commodities, cujo crescimento afeta o câmbio, impondo um tendência de valorização real que desfavorece a produção industrial interna e estimula as importações de bens manufaturados, conforme postulado por Corden e Neary (1982). Nassif (2008) também identifica este processo, caracterizado por uma generalizada realocação de recursos para setores primários ou para a as indústrias tecnologicamente tradicionais, ao mesmo tempo em que há uma mudança do padrão de especialização internacional, na direção de produtos primários e/ou industrializados intensivos em recursos naturais.

Conforme Palma (2014), a doença holandesa tem se espalhado em alguns países latino-americanos devido, principalmente, a mudanças na política econômica. Nestes países, a combinação de medidas financeiras e comerciais liberalizantes com as mudanças nos preços relativos (em decorrência do aquecimento da economia mundial e gerando apreciação cambial) fez com que os mesmos voltassem a sua posição ricardiana natural, ou seja, com suas pautas de exportação voltadas concentradas em produtos primários e industrializados intensivos em recursos naturais.

Segundo Nassif (2008), as evidências empíricas existentes até o ano de 2005 não confirmam o surgimento da nova doença holandesa no Brasil, visto que os dados apresentados em seu trabalho apontam que a participação conjunta dos produtos primários, manufaturados intensivos em recursos naturais e manufaturados de baixa tecnologia sofreu um decréscimo de 72% para 67%, no período de 1989 a 2005. Ou seja, para o Brasil, neste período, não se configurou um retorno ao padrão de especialização exportadora em produtos intensivos em recurso naturais ou em trabalho.

Em seu trabalho, Bresser-Pereira e Marconi (2010) analisaram as exportações, importações e o saldo comercial brasileiro dos setores de produtos comercializáveis para os anos de 1997, 2002 e 2007, classificando-os em commodities e produtos manufaturados. Os autores chegaram à conclusão de que a economia brasileira pode estar sofrendo os sintomas de uma doença holandesa, uma vez que encontraram indícios de que a balança comercial de *commodities* (ou produtos que geram a doença holandesa) evoluiu de forma positiva a partir de 1992, ao contrário dos produtos manufaturados, que apresentaram uma retração. A evolução da balança comercial dos manufaturados após 1992 esteve fortemente relacionada ao comportamento da taxa de câmbio, enquanto a balança comercial dos commodities evoluiu de forma desvinculada a taxa de câmbio, beneficiada principalmente pela forte demanda externa. Os autores admitem que os sinais de ocorrência de uma desindustrialização são menos claros que para a doença holandesa, visto que a participação do valor adicionado dos produtos manufaturados no valor geral adicionado da economia não apresentou redução. Porém, alguns indícios devem ser observados atentamente, tais como a diminuição (ainda que

muito recente) da participação das exportações de manufaturados nas exportações totais do país (passaram de 45,6% em 2002 para cerca de 41,1% em 2007) e a diminuição da participação do valor adicionado dos manufaturados no valor adicionado dos bens comercializáveis (de 47,3% em 1996 para 39% em 2005).

De acordo com os relatórios anuais da UNCTAD – *Trade and Development Report* – a economia mundial apresenta uma recuperação no ano de 2000, após as sucessivas crises financeiras ocorridas na década de 90. Há que se destacar porém, que a economia norte-americana não se encaixa nesta situação. Em 2000, economia dos Estados Unidos apresentou uma desaceleração de seu crescimento que, somada ao ataque de 11 de setembro de 2001, levou-a a uma forte recessão.

Em 2003 há a recuperação da economia norte-americana. Ao mesmo tempo, há uma rápida expansão das economias asiáticas – especialmente a chinesa e a indiana. Conforme o Boletim de Sinopse Internacional do BNDES, de abril de 2004, estes dois fatos promoveram uma expressiva elevação da demanda mundial, causando um significativo aumento dos preços de diversas commodities que, por sua vez, estimularam o aumento das exportações das economias primário-exportadoras, tal como o Brasil. Este fato pôde ser facilmente observado pelo contínuo crescimento das exportações brasileiras de produtos básicos a partir de 2004.

Ao longo da década de 2000, as economias chinesas e indianas se tornaram muito importantes da dinâmica da economia mundial. O rápido crescimento destas economias estimulou o crescimento de outras economias emergentes, modificando as características de interdependência global e aumentando o comércio entre países em desenvolvimento.

3.3 Evidências sobre o desempenho das exportações

A análise da pauta de exportação brasileira por fator agregado em termos de preço e quantum pode ajudar a compreender de forma clara a evolução do valor das exportações do país, no período de 2000 a 2014.

A Tabela 1 mostra os dados referentes à essa agregação. O período em estudo apresenta características bastante distintas. Analisando de uma forma geral, observa-se que a evolução do quantum exportado durante todo o período é positiva, porém a mesma é intensificada a partir de 2010. No que se refere aos preços, a melhora já pode ser percebida a partir de 2007. Ao separar a análise em dois períodos, 2000-2006 e 2007-2014, verifica-se a forte contribuição do quantum no primeiro e do preço no segundo para o crescente superávit na balança comercial brasileira no período.

A análise do preço e do quantum das exportações por fator agregado permite perceber que no caso dos produtos básicos o desempenho do quantum é melhor no primeiro período, ao passo que o do preço é melhor no segundo. Porém, as oscilações negativas do preço no primeiro período e a queda do quantum exportado no segundo neutralizam os bons desempenhos observados. No caso dos produtos manufaturados, salvo em três anos, o aumento do preço foi acompanhado pelo aumento do quantum, e vice-versa. Para os produtos semimanufaturados, o comportamento observado é bastante semelhante ao dos produtos manufaturados. Por fim, há que se destacar que durante o período da análise, o maior crescimento observado foi o de produtos básicos, seja no preço ou quantum.

O crescimento observado para todas as categorias de uso do quantum exportado pode ser explicado, de acordo com Prates (2005, p.137), pelo encolhimento do mercado doméstico,

pela menor incidência da carga tributária sobre as vendas direcionadas para o exterior vis-à-vis ao mercado interno e pelo maior acesso ao crédito externo.

Tabela 1 - Índices de Preço e Quantum das Exportações Brasileiras por Fator Agregado – 2000 a 2014.

Período	Produtos Básicos		Produtos Manufaturados		Produtos semimanufaturados	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum
2000	69,8	44,7	79,8	54,4	69,5	62,6
2001	63,9	59,6	79,8	55,1	62,3	67,8
2002	61,3	68,7	76,1	57,9	59,4	77,3
2003	67,7	77,7	75,7	70,1	66,1	84,8
2004	80,4	88,1	80,2	88,3	75,7	90,9
2005	91,4	94,3	89,0	97,9	84,7	96,6
2006	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2007	114,5	111,8	108,4	103,2	110,9	100,7
2008	161,8	112,1	126,0	98,1	138,9	99,8
2009	133,4	115,3	118,6	75,7	110,8	94,8
2010	174,0	128,4	128,7	82,4	142,9	101,1
2011	228,4	133,1	146,8	83,8	172,9	106,8
2012	209,7	134,3	146,4	82,6	161,0	105,1
2013	206,7	135,7	142,2	87,1	144,8	108,0
2014	188,4	144,4	140,8	75,9	138,8	107,3

Base: Média 2006 = 100.

Fonte: FUNCEX, dados trabalhados pela pesquisa.

A análise dos dados da Tabela 1 permite observar que durante o período de análise o comportamento das exportações por fator agregado é caracterizado tanto por um aumento no preço quanto no quantum exportado. Há que se destacar, porém, que em termos relativos, a variação do quantum exportado por fator agregado foi significativamente superior à variação no preço, no período de 2000 a 2014.

A Tabela 2 permite realizar de forma mais detalhada a análise da evolução das exportações brasileiras por fator agregado, em termos de valor absoluto. É possível perceber uma relativa especialização das exportações brasileiras em produtos intensivos em recursos naturais, indicando que a melhora das exportações brasileiras no período estudado está fortemente vinculada no desempenho do país na venda de commodities.

Tabela 2 – Exportações brasileiras por fator agregado – 2000 a 2014 – FOB - US\$ milhões.

Período	Básicos	Manufaturados	Semimanufaturados
2000	1.047	2.713	708
2001	1.279	2.746	687
2002	1.413	2.756	747
2003	1.766	3.314	912
2004	2.377	4.428	1.119
2005	2.894	5.447	1.330
2006	3.357	6.252	1.627
2007	4.300	6.995	1.817
2008	6.086	7.724	2.256
2009	5.163	5.612	1.708
2010	7.500	6.630	2.351
2011	10.205	7.691	3.002

2012	9.455	7.559	2.754
2013	9.419	7.745	2.544
2014	9.130	6.684	2.422

Fonte: MDIC/SECEX, dados trabalhados pela pesquisa.

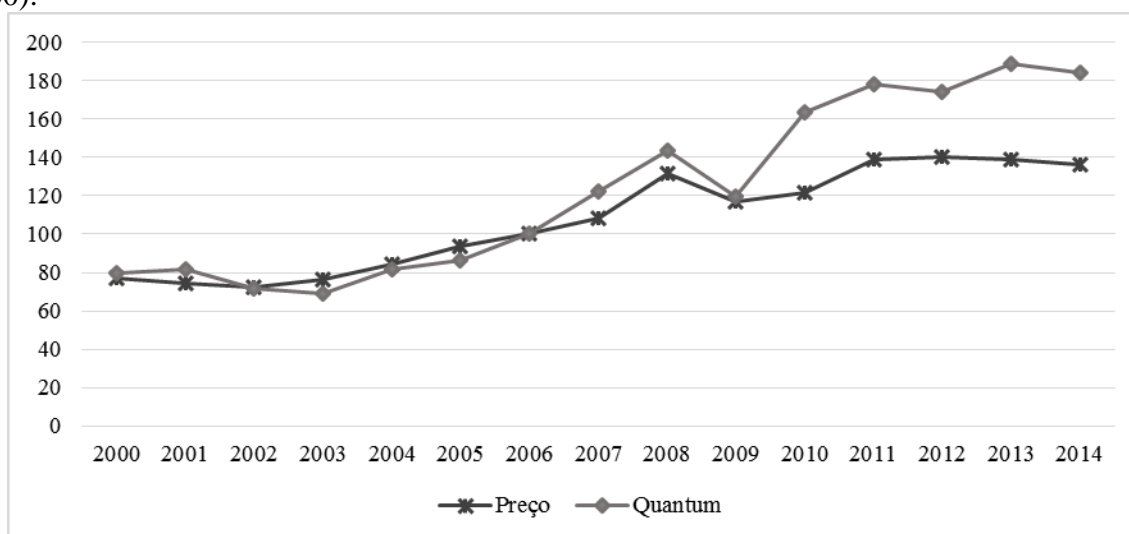
Pode-se observar que as todas as categorias de exportações brasileiras apresentaram durante o período de análise um crescimento contínuo e significativo, impulsionado, em sua maior parte, pelo desempenho dos produtos básicos. Em 2000, os produtos básicos respondiam pela menor parcela no total exportado e, no final de 2014, aparece como a categoria mais exportada pelo país. O segundo maior crescimento observado foi o de produtos semimanufaturados, porém este manteve sua posição como menor exportador da economia brasileira. Por fim, o menor crescimento foi o de produtos manufaturados. Apesar disso, o volume exportado ainda é bastante significativo para a economia brasileira.

3.4 O comportamento das importações brasileiras

Uma vez que o foco principal do presente artigo é analisar o comportamento da balança comercial frente a oscilações na taxa de câmbio, a análise do comportamento das importações também se torna de significativa relevância. A redução do déficit e o crescente superávit observados no período de análise podem ser creditados, conforme destacam Meyer e Paula (2009), mais à queda das importações do que ao aumento das exportações.

A análise da Figura 3 torna possível perceber dois momentos distintos no período estudado. Nos primeiros quatro anos após a adoção da taxa de câmbio flexível as importações apresentaram um crescimento modesto, mantendo-se praticamente constantes. A taxa de câmbio depreciada e o quadro recessivo da economia interna são dois fatores primordiais para explicar este fato. No período pós-crise de 1999, a política econômica adotada foi, em geral, restritiva, tanto em termos de política fiscal como em termos de política monetária.

Figura 3: Índice de preço e quantum das importações brasileiras – 2000 a 2014 - (2006 = 100).



Fonte: IPEADATA, dados trabalhados pela pesquisa.

A partir de 2004, o quadro se inverte. Neste período, a economia brasileira começa a dar sinais de recuperação. Em termos de política econômica, nota-se um afrouxamento da

política monetária, com uma política de redução gradual da taxa básica interna de juros. Nesse mesmo período, a taxa de câmbio começa a apresentar um movimento de apreciação (conforme visto na Figura 1).

Ao decompor as exportações em termos de preço e quantum, tal como feito na Figura 3, observou-se que o quantum contribuiu mais que o preço apenas nos últimos anos do período analisado. Em todo o resto, ambos os termos contribuíram de forma similar para o comportamento das importações.

A Tabela 3 detalha o comportamento do quantum e preço dos produtos importadores por categoria de uso, no período de 2000 a 2014. A partir desta, alguns aspectos podem ser ressaltados.

Tabela 3 - Índices de Preço e Quantum das Importações Brasileiras por Categoria de Uso – 2000 a 2014.

Período	Bens de capital		Bens intermediários		Bens de consumo duráveis		Bens de consumo não duráveis		Combustíveis	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum
2000	101,7	76,9	81,5	73,5	97,4	58,7	85,1	79,9	44,8	111,3
2001	98,6	89,2	80,3	73,2	101,4	59,8	79,3	78,4	40,0	114,9
2002	96,0	73,3	78,8	64,8	93,5	40,4	73,7	76,9	37,2	108,1
2003	96,1	60,1	82,7	67,4	96,9	33,2	75,8	74,3	45,6	92,8
2004	93,7	66,3	90,1	81,6	93,1	42,5	81,0	80,1	59,5	109,3
2005	99,2	80,6	96,8	86,5	94,9	57,6	88,5	87,7	80,4	95,5
2006	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2007	102,9	132,1	108,5	119,7	100,4	150,6	114,9	114,1	111,0	119,9
2008	113,3	177,7	130,2	141,1	109,1	215,5	131,1	126,8	162,6	122,4
2009	112,2	156,8	122,2	108,2	108,5	214,2	127,0	130,3	98,2	109,4
2010	109,9	219,3	123,1	151,1	112,5	316,5	136,1	160,7	122,5	138,4
2011	114,8	247,7	138,8	160,9	119,0	402,2	148,8	185,2	169,5	143,8
2012	115,6	248,3	138,1	158,7	126,5	329,0	151,8	197,3	175,2	136,9
2013	117,8	255,3	135,0	172,8	128,7	311,6	152,9	213,4	170,8	163,3
2014	118,3	225,5	131,4	171,7	130,1	273,6	150,4	213,5	166,0	166,4

Base: Média 2006 = 100.

Fonte: FUNCEX, dados trabalhados pela pesquisa.

Em todas as categorias de uso houve aumento do quantum importado, com destaque para as categorias de bens de consumo durável, de capital e intermediários. De fato, o aumento na importação de insumos atenua parcialmente o impacto da perda da rentabilidade das exportações em função do câmbio apreciado, ainda que possa ter efeitos deletérios sobre a estrutura produtiva. (MEYER e PAULA, 2009). Em segundo lugar, observou-se que o crescimento ocorrido no quantum importado se deu de forma muito mais significativa nos últimos anos do período estudado – resultado da forte apreciação cambial que se deu neste tempo. De forma semelhante, os preços também apresentaram maior crescimento nos últimos anos do período analisado, mas este crescimento foi bem mais modesto do que o observado no quantum importado.

Em função da alta elasticidade da renda das importações no Brasil, o comportamento do quantum importado é altamente relacionado ao desempenho da economia doméstica. Deste modo, em ocasiões de recessão, o quantum se retrai e, de mesma forma, em momentos de expansão o quantum aumenta. Ou seja, o quantum importado por uma economia se comporta

de forma cíclica. Desta forma, podemos entender que a queda do quantum ocorrida no período de 2000 a 2002 está relacionada ao baixo crescimento econômico deste mesmo período e à desvalorização cambial. Sabe-se que o ano de 2002 foi bastante conturbado para a economia brasileira, com um forte movimento de depreciação cambial relacionado ao processo eleitoral. Além disso, tal como indicam Meyer e Paula (2009), o aprofundamento da crise argentina, o rebaixamento da posição do Brasil nas agências internacionais de classificação de risco, o problema no mercado acionário dos EUA e o atentado de onze de setembro também são outros fatores externos relevantes para explicar esta queda.

A partir do final de 2003 e até o início de 2005, a economia doméstica se aqueceu. Aliado a apreciação cambial, este fator contribuiu para que o quantum importado crescesse de forma significativa. Em 2005, em decorrência da desaceleração da economia, a taxa de crescimento do quantum importado se retrai. Porém, em 2006, esse cenário muda, e o quantum se acelera novamente, refletindo o movimento expansivo da economia. Tal situação perdura até o ano de 2012, quando há uma nova desaceleração da taxa de crescimento e até mesmo uma retração do quantum importado.

No que se refere aos preços, estes têm seus comportamentos condicionados pelos preços internacionais e pela taxa de câmbio. Conforme observado na Tabela 3, no período de 2000 a 2002 os índices de preços apresentaram queda em quatro das cinco categorias de uso estudadas. Já no período seguinte até o ano de 2014, três das cinco das categorias de uso apresentam crescimento positivo em seus preços.

Ao analisar as importações por categoria de uso em termos de volume, observa-se que no período pós-flexibilização da taxa de câmbio, 2000 a 2002, todas as categorias apresentaram queda no volume importado. A partir de 2003, todas as categorias de uso apresentaram um crescimento significativo em seus volumes exportados, sendo os bens de consumo durável os que apresentaram o maior crescimento. A Tabela 4 mostra estes dados:

Tabela 4 – Importações brasileiras por categoria de uso – 2000 a 2014 – US\$ milhões.

Período	Bens de capital	Bens intermediários	Bens de consumo duráveis	Bens de consumo não duráveis	Combustíveis
2000	9.690	32.489	1.887	4.140	7.645
2001	10.901	31.878	2.000	3.782	7.041
2002	8.720	27.666	1.245	3.449	6.163
2003	7.156	30.197	1.061	3.428	6.483
2004	7.702	39.902	1.306	3.949	9.978
2005	9.912	45.386	1.806	4.722	11.775
2006	12.390	54.228	3.300	6.087	15.338
2007	16.836	70.412	4.988	7.976	20.408
2008	24.939	99.661	7.758	10.118	30.509
2009	21.803	71.709	7.670	10.065	16.476
2010	29.850	100.836	11.755	13.312	26.008
2011	35.239	121.051	15.802	16.768	37.383
2012	35.566	118.874	13.738	18.220	36.786
2013	37.256	37.256	37.256	37.256	37.256
2014	33.040	33.040	33.040	33.040	33.040

Fonte: FUNCEX, dados trabalhados pela pesquisa.

O comportamento das importações de bens de capital possui características peculiares. Estas compras sofrem influência da taxa de câmbio. Porém, as expectativas dos empresários a médio e longo prazo também são de suma importância para a tomada de decisão da firma doméstica em relação às compras externas (importações). Ou seja, as compras de bens de capital acontecem não apenas para atender a demanda de hoje, mas sobretudo à demanda futura. Assim, uma taxa de câmbio favorável é necessária para a compra de bens de capital, mas não é suficiente. Dessa forma, pode-se compreender que a decisão das firmas domésticas pela compra de bens de capital é muito mais cautelosa que em outros bens, uma vez que depende das expectativas de longo prazo. O bom desempenho da economia nos anos recentes e as expectativas positivas acerca do futuro podem ter sido determinantes para o comportamento de crescimento contínuo das importações desta categoria. Há que se destacar também a elevação ocorrida das importações de combustíveis, relacionada principalmente a alta do preço desta commodity no mercado externo.

Por fim, observa-se que o predomínio das importações mais intensivas em tecnologia e capital reflete a alta sensibilidade de compras externas ao crescimento doméstico. A aceleração do crescimento da economia brasileira produziu um forte crescimento dessas importações.

3.5 Evidências empíricas sobre a balança comercial Brasil-China e seus reflexos

A ascensão da China como segunda economia mundial e a divulgação de dados referentes ao país incentivou, especialmente a partir dos anos 2000, o debate acerca desse desenvolvimento. Nesse ano, conforme dados da Organização Mundial do Comércio, a China respondia por cerca de 3,35% das importações mundiais. Em 2014, o país já respondia por mais de 10%, triplicando sua representatividade em apenas uma década.

As contas do comércio exterior brasileiro, logicamente, não ficaram insensíveis a este cenário. Pelo contrário, denotam a progressiva relevância daquele país para o Brasil desde seu ingresso na OMC. (ÁVILA, 2012).

Ao analisar a Tabela 5, alguns elementos podem facilmente ser percebidos. O primeiro deles é que o saldo comercial em 2008 apresentou grande crescimento e este é sustentado até 2014. É possível perceber também que, durante o período de análise, há predominância de saldos comerciais superavitários com a China, sendo apenas os anos de 2000, 2007 e 2008 deficitários. Por outro lado, percebe-se também a constância nas elevadas taxas de crescimento das exportações e importações, sendo exceção apenas os anos de 2009, 2012 e 2014. O crescimento do volume exportado a partir da década de 2000 reflete o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio a partir de 2001. Já o crescimento das importações, principalmente a partir de 2003, pode ser explicado pelo movimento de apreciação do real, ocorrido neste ano.

Tabela 5: Comércio exterior brasileiro com a China – 2000 a 2014 – FOB – US\$ Milhões.

Período	Exportações		Importações		Saldo (Milhões)
	Valor (US\$ Milhões)	Δ%	Valor (US\$ Milhões)	Δ%	
2000	90	-	102	-	-11
2001	159	75,3	111	8,7	48
2002	210	32,5	129	17,0	81
2003	378	79,8	179	38,2	199
2004	453	20,0	309	72,8	144
2005	570	25,6	446	44,3	123
2006	700	22,9	666	49,2	34
2007	896	27,9	1.052	58,0	-156
2008	1.377	53,7	1.670	58,8	-293
2009	1.750	27,1	1.326	-20,6	424
2010	2.565	46,6	2.525	90,4	40
2011	3.693	43,9	2.733	8,2	960
2012	3.436	-7,0	2.854	4,5	581
2013	3.836	11,6	3.109	8,9	727
2014	3.385	-11,8	3.112	0,1	273

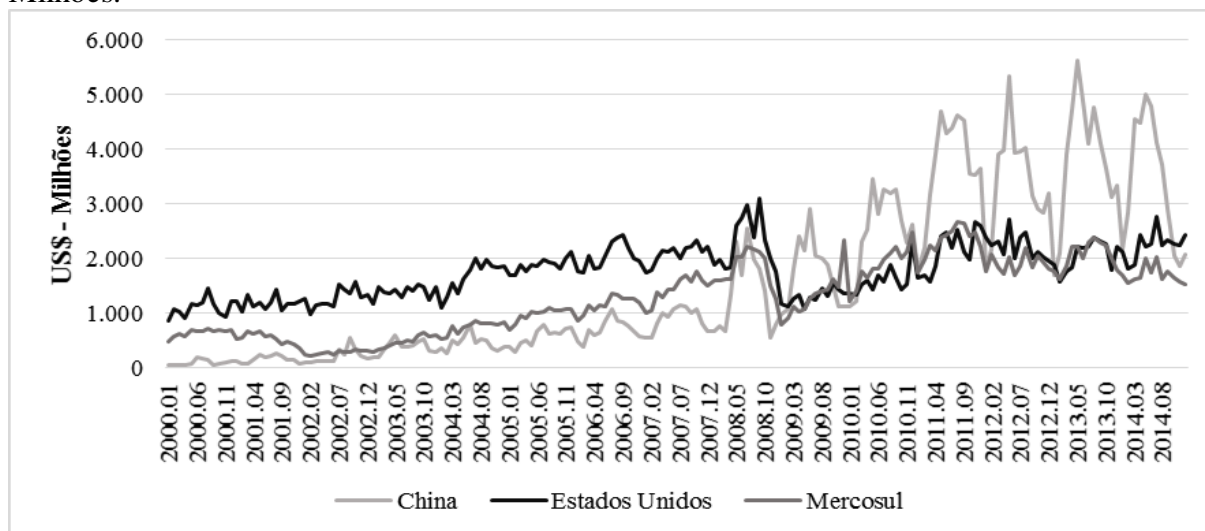
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dados trabalhados pela pesquisa.

É importante destacar que, em 2009, a economia mundial sofria de forma severa com os impactos da crise. Porém, as exportações para a China continuaram ascendentes, ao passo que as importações caíram. Ou seja, mesmo em um cenário de crise, a demanda chinesa por produtos brasileiros existiu.

Por fim, a análise da Tabela 5 torna possível perceber o expressivo aumento do comércio entre os países. Em termos monetários e por meio de uma estimativa de variação simples, é possível verificar que as exportações brasileiras cresceram aproximadamente 3600% e as importações em mais de 2900%.

O fato desse período ter sido cenário de elevação no comércio internacional da economia mundial poderia, de certa forma, desmentir o aumento da relação comercial brasileira com a China. É nesse sentido que apresenta-se a Figura 4, onde está representada a participação dos principais parceiros comerciais brasileiros para o período de 2000 a 2014.

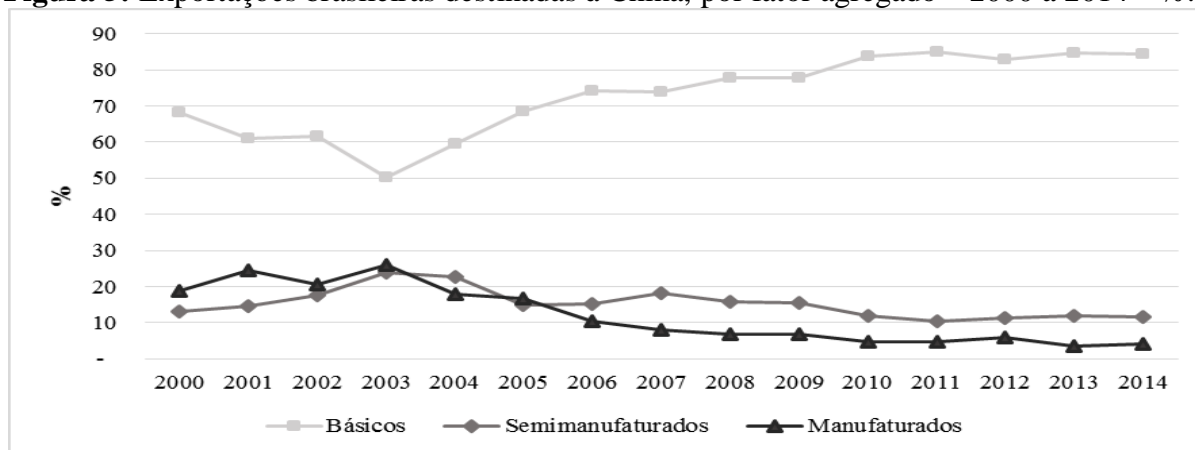
Conforme explicitado na Figura 4, torna-se fácil perceber que a representatividade chinesa é ascendente. Além disso, esse movimento fez com que a China se tornasse, em 2009, a economia que mais importa produtos brasileiros. Em sentido oposto, os Estados Unidos perderam participação neste mesmo período. Em 2014, a China comprou 18,04% de todos os produtos brasileiros comercializados no exterior. Os Estados Unidos representavam 12,01% e o Mercosul, 9,07%. Ou seja, a China supera não apenas os Estados Unidos, mas também o Mercosul como um todo, sendo suas compras pouco inferiores à soma dos dois países.

Figura 4: Exportações brasileiras por regiões selecionadas – 01.2000 a 12.2014 – FOB – US\$ Milhões.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dados trabalhados pela pesquisa.

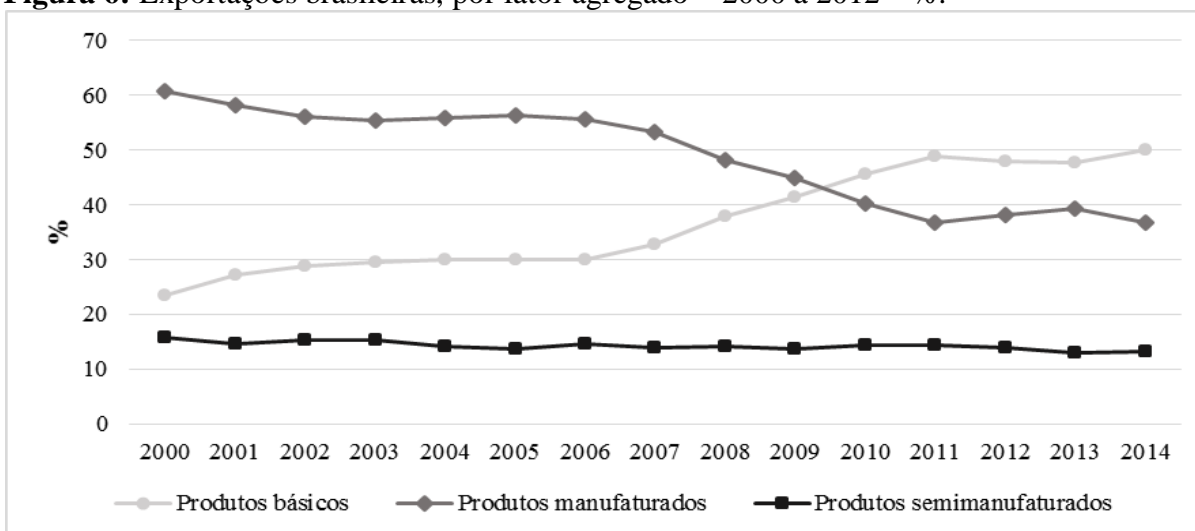
No que refere aos produtos exportados à China, verifica-se que a pauta brasileira é composta, em sua grande maioria, por *commodities* (Figura 5). Conforme relatório da SECEX, minério de ferro representou, em 2014, cerca de 30% das exportações para aquele país. Soja e óleo de soja (51%), petróleo (5,14%) e açúcar (1,39%) somados ao minério respondem por quase 90% das exportações brasileiras à China. É sabido, porém, que tais produtos possuem encadeamentos menores do que os produtos acabados, diminuindo o impacto sobre a geração de emprego e multiplicação de renda nos outros setores.

Em 2014, a participação total de produtos básicos na pauta exportadora do Brasil com destino à China chegou 84,43%, seguido dos produtos semimanufaturados (11,49%) e produtos manufaturados (4%). Pela análise da Figura 5, é possível perceber uma mudança na composição da pauta, visto que os produtos básicos aumentaram significativamente sua participação no total exportado. Os produtos semimanufaturados mantiveram sua posição, ao passo que os produtos manufaturados reduziram drasticamente sua participação - em 2000, a categoria respondia por 18,77% das exportações brasileiras destinadas à China. Conforme o mesmo relatório da SECEX, as importações oriundas da China são menos concentradas. Em 2014, materiais eletrônicos apresentou a maior representação, seguida de pneus e motocicletas e celulares.

Figura 5: Exportações brasileiras destinadas à China, por fator agregado – 2000 a 2014 – %.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dados trabalhados pela pesquisa.

O padrão comercial estabelecido entre Brasil e China pode ser explicado, principalmente, pela grande concentração de produtos primários na pauta exportadora brasileira (Figura 6). As exportações de produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados correspondiam a, respectivamente, 23,43%, 60,72% e 15,85% do total exportado pelo país. Em 2014, tais grupos passam a responder por 50,06%, 36,65% e 13,26%.

Figura 6: Exportações brasileiras, por fator agregado – 2000 a 2012 – %.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dados trabalhados pela pesquisa.

Conforme demonstra o gráfico acima, durante o período analisado houve um ganho na parcela dos produtos básicos e uma queda dos produtos manufaturados, enquanto os semimanufaturados mantiveram relativa constância. Apesar deste fato, é importante destacar que as três categorias apresentaram crescimento, em termos nominais, do total exportado. Destaque para, mais uma vez, os produtos básicos, que cresceram suas exportações em mais de 700% no período, magnitude essa bastante superior ao crescimento observado para os manufaturados (242%) e produtos semimanufaturados (146%). De fato, a composição das exportações brasileiras destinadas à China e totais é muito semelhante, apresentando apenas intensidades diferentes.

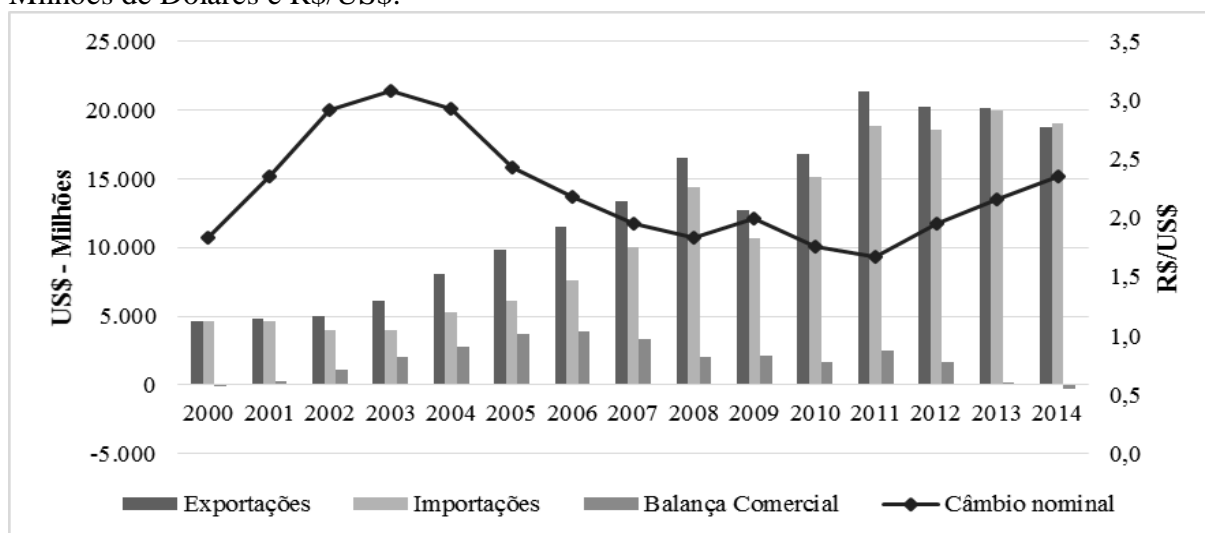
3.6 Taxa de câmbio e desempenho da balança comercial recente

A taxa de câmbio é de grande importância no papel de determinação do comércio exterior de uma economia. Porém, não é a única variável relevante para tal análise. A demanda mundial e o preço das exportações também são identificados como relevantes no comportamento da balança comercial de país. A fim de compreender melhor a dinâmica da balança comercial brasileira, é importante realizar uma análise detalhada da evolução da taxa de câmbio doméstica após 1999, ano em que o regime de câmbio flutuante foi adotado.

Conforme salientado anteriormente, o comportamento da taxa de câmbio do país durante o período de 2000 a 2014 foi caracterizado por dois grandes movimentos: de depreciação e de apreciação. Dessa forma, a rentabilidade das exportações oscilou bastante durante este período, uma vez que esta rentabilidade é calculada a partir da taxa de câmbio nominal corrigida pela relação entre os preços de exportação e índices de custo. Assim, na medida em que a taxa de câmbio nominal se valoriza, as exportações perdem rentabilidade – que pode ser ou não compensada pelo aumento de seus preços ou pela redução de custos.

A análise detalhada do comportamento da taxa de câmbio real efetiva (Figura 1) e nominal (Figura 7) após a adoção da taxa de câmbio flutuante permite verificar que houve um movimento de desvalorização cambial até 2002. Após a segunda depreciação ocorrida em 2003, há um movimento de apreciação, que perdura até 2008, com a crise internacional. O período 2009/2010 é caracterizado por um movimento de apreciação cambial. A partir de 2011, uma nova fase de depreciação da taxa de câmbio nominal é verificada, apresentando nível semelhante ao observado no final de 2004.

Figura 7: Evolução da balança comercial e da taxa de câmbio nominal – 2000 a 2014 – Milhões de Dólares e R\$/US\$.



Fonte: MDIC e IPEADATA, dados trabalhados pela pesquisa.

Como visto, a partir da década de 2000 os saldos comerciais apresentam um aumento constante. A apreciação da taxa de câmbio entre 2003 e início de 2008 não foi suficiente para conter o aumento da produção doméstica e, conseqüentemente, o aumento das empresas nacionais exportadoras, que conseguiram tomar proveito dos ganhos de competitividade em relação aos produtos do mercado internacional. Os altos preços dos produtos básicos,

verificados anteriormente puderam anular os efeitos negativos da moeda apreciada e, dessa forma, contribuir para o aumento da quantidade vendida ao mercado exterior.

Segundo argumenta Puga (2006), do ponto de vista comercial, a taxa de câmbio possui impactos diferentes sobre as empresas conforme a composição de suas exportações e importações. Em seu trabalho, o autor desenvolveu um coeficiente de comércio exterior das firmas, que mede a relação importação/exportação das empresas exportadoras de cada setor. Neste caso, o estudo aborda apenas o setor de indústria de transformação, visto que o mesmo respondeu por cerca de 80% de todas as exportações brasileiras em 2005. Conforme o coeficiente, valores do coeficiente maiores que uma unidade indica que a redução de faturamento das empresas exportadoras com as vendas externas é mais do que compensada com a redução nos custos das importações de insumos. De modo análogo, valores menores que uma unidade e próximos de zero indicam que as empresas exportadoras do setor tendem a ser fortemente prejudicadas por valorizações no câmbio. A apreciação cambial é comumente citada como estimuladora de ganhos de produtividade, tanto pelo aumento da competição quanto pelo barateamento dos bens de capital e insumo importados.

De fato, na década de 90 é possível observar um forte ganho de produtividade, mais precisamente no período de 1994 a 1998. (PUGA, 2006). Conforme Meyer e Paula (2009), a queda da inflação neste período gerou uma expansão do mercado doméstico, causando um aumento das expectativas em relação ao mercado interno. Isto fez com que as empresas nacionais e estrangeiras que se encontravam no país investissem para abranger e ocupar os espaços existentes. Estas empresas, por sua vez, adotaram novos métodos de organização e incorporação de insumos e equipamentos importados, fazendo com que suas produtividades se elevassem de forma significativa. Porém, os autores ressaltam que esse ganho de produtividade deriva do atraso acumulado na década anterior. O movimento contínuo de apreciação cambial observado a partir de 2003 levou a um aumento das importações, tal como ocorrido no período de 1994 a 1998. Entretanto, este aumento certamente não foi traduzido em ganhos de produtividade, visto pode ter ocorrido uma troca de fornecedores em benefício de produtos semelhantes, mais baratos e procedentes do exterior.

4. Conclusões

Os resultados encontrados pelo presente trabalho demonstram que o crescimento das exportações no período estudado não parece estar relacionado ao período de desvalorização cambial (2000 a 2002). Pelo contrário, o aumento das exportações brasileiras se deu posteriormente, a partir de 2003, determinada por um vasto conjunto de fatores – entre eles o *boom* das commodities alavancada pelo crescimento da economia mundial.

As empresas brasileiras exportadoras parecem ser beneficiadas por períodos de apreciação cambial, uma vez que no país vários setores possuem suas estruturas produtivas bastante dependentes de bens de capital e insumos importados. Destarte, a perda de receita das exportações causada pela valorização do câmbio pode ter sido compensada, de certo modo, pela redução dos custos de produção.

O grande e rápido crescimento econômico chinês tem acarretado alterações imediatas na organização produtiva mundial. Em pouco mais de 10 anos de abertura comercial, a China aumentou progressivamente sua participação no comércio mundial. Essa inserção tem obrigado as principais economias mundiais a readaptarem suas relações comerciais. O Brasil

também foi afetado pelo “efeito-China”, uma vez que este país está exportando um grande montante do Brasil, principalmente no que se refere à produtos básicos. Isso pode ser explicado, em grande medida, pela demanda chinesa e pela maior representatividade das exportações brasileiras para aquele país.

Apesar do ótimo desempenho observado para as exportações de produtos básicos, principalmente a partir de 2004, deve-se ter cautela ao afirmar um possível fenômeno de doença holandesa no Brasil, pois mesmo que alguns trabalhos mais recentes apresentem indícios de que o país estaria começando a sofrer os efeitos desta doença, a pauta exportadora brasileira ainda é bastante diversificada.

Por fim, é importante ressaltar que mesmo que a economia brasileira possa ser beneficiada por momentos de valorização cambial (pelo barateamento dos bens de capital e insumos importados que geram ganhos de produtividade), o movimento prolongado de apreciação da moeda doméstica pode causar grandes riscos para a economia do país a longo prazo. Um processo de perda de competitividade da indústria pode ser causado, com a deflagração de uma desindustrialização, além de déficits recorrentes em conta corrente no balanço de pagamentos. Porém, apenas um período mais longo tornará possível avaliar com exata precisão a magnitude e o impacto de tais riscos para a nossa economia.

Referências

AVILA, Róber Iturriet. “Efeito-China” no comércio externo brasileiro e gaúcho pós-2000. **Indicadores Econômicos - FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 83-92, 2012.

BNDES, **Boletim de Sinopse Internacional**, n.1, abr. 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Doença Holandesa. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e Competição: Por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não**. Rio de Janeiro: Elsevier, Cap. 5, p. 141-171, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. Existe doença holandesa no Brasil? In: **Doença Holandesa e Indústria**. Editora FGV, p. 207-230, 2010.

CLARK, Colin. **The Conditions of Economic Progress**. Londres: Macmillan, 1957.

COMBES, Jean-Louis; KINDA, Tidiane; PLANE, Patrick. **Capital Flows and their Impact on the Real Effective Exchange Rate**. IMF Working Paper 9, 2011.

CORDEN, Warner Max; NEARY, J. Peter. Booming sector and de-industrialization in a small open economy. **Economic Journal**, n. 92, p. 825-848, 1982.

COSTA, Kaio Glauber Vital da. **Uma análise da relação entre estrutura produtiva e desenvolvimento tecnológico na indústria brasileira para o período 1996-2008: esgotamento ou continuidade da industrialização brasileira?** 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CÔTÉ, Annie Doré-. Exchange rate volatility and trade. **Working Paper of Bank of Canada**, v. 94, n. 5, p. 1-28, 1994.

FRENKEL, Roberto; RAPETTI, Martin. External Fragility or Deindustrialization: What is the Main Threat to Latin American Countries in the 2010s? **World Economic Review**, v. 1, p. 37-57, 2012.

FUNCEX. **Boletins de Comércio Exterior**, vários números.

IBARRA, Carlos A. Capital Flows and Real Exchange Rate Appreciation in Mexico. **World Development**, v. 39, p. 2080-2090, 2011.

IPEADATA. Disponível em www.ipeadata.gov.br. Acesso em 2015.

KAFLE, Kashi. R. **Exchange rate volatility and bilateral agricultural trade flows: The case of the united states and oecd countries**, Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Louisiana, Departamento de Economia Agrícola e Agronegócios, 90 f, 2011.

KANNEBLEY JR, Sérgio. Desempenho exportador brasileiro recente e taxa de câmbio real: Uma análise setorial. **Revista Brasileira de Economia**, v.56, n.3, p. 429–456, 2002.

MARÇAL, Emerson Fernandes; BRITO, Márcio Holland de. Taxa de câmbio, rentabilidade e quantum exportado: existe alguma relação afinal? Evidências para o Brasil. **Textos para discussão 254**, Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2010.

MEYER, Thiago Rinaldi; PAULA, Luiz Fernando de. Taxa de câmbio, exportações e balança comercial no brasil: uma análise do período 1999-2006. **Análise Econômica (UFRGS)**, v. 27, p. 187-219, 2009.

MUNHOZ, Vanessa da Costa Val; VERÍSSIMO, Michelle Polline. Fluxos de Capitais Versus Exportações de Commodities: Efeitos sobre a Taxa de Câmbio Real Brasileira no Período 2000-2013. In: **Anais do 41o. Encontro Nacional de Economia**, Foz do Iguaçu. ANPEC, p. 1-20, 2013.

NAKABASHI, Luciano; CRUZ, Márcio José Vargas da; SCATOLIN, Fábio Dória. Efeitos do câmbio e juros sobre as exportações da indústria brasileira. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 433-461, set./dez. 2008.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 72-96, jan/mar 2008.

OMC. **Organização Mundial do Comércio**. Disponível em: www.wto.org. Acesso em 2015.

PALMA, José Gabriel. De-industrialisation, ‘premature’ de-industrialisation and the dutch-disease. **Revista NECAT**, v. 3, n. 5, p. 7-23, 2014.

PRATES, Daniela Magalhães. A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. **Política Econômica em Foco**, n. 7, p. 119-151, 2006.

PUGA, Fernando Pimentel. O que mudou nas exportações e importações da indústria. **Visão do Desenvolvimento**, BNDES, julho de 2006.

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. Growth, Trade and Deindustrialization. **International Monetary Fund Staff Papers**, v. 46, n. 1, p. 18-41, 1999.

ROWTHORN, Robert; WELLS, John R. **De-industrialization and foreign trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SCALCO, Paulo Roberto; CARVALHO, Henrique Duarte; CAMPOS, Antonio Carvalho. Choques na Taxa de Câmbio Real e o Saldo da Balança Comercial Agropecuária Brasileira:

evidências da Curva J entre 1994 e 2007. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 3, p. 595-610, out/dez 2012.

UNCTAD. **Trade and Development Report**. Disponível em www.unctad.org. Acesso em 2015.

VERGNHANINI, Rodrigo. **O debate sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000**. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.